

PAUTA LOCAL DE REIVINDICAÇÕES – UFPel – 2015

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

a) Administração: Defendemos processos transparentes, democráticos e participativos de gestão. O Conselho de Gestão nunca foi instituído e as Audiências Públicas das pró-reitorias não tiveram continuidade. A administração não está cumprindo as metas e promessas estabelecidas com a comunidade acadêmica.

b) Estatuinte: Defendemos uma Universidade pautada no acúmulo das discussões feitas pelo ANDES-SN com a categoria, discussão que está sistematizada no Caderno 2 (atualizado no 31º Congresso): pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada. O processo da Constituinte precisa ser o mais transparente possível e não pode ser apressado. A participação da comunidade acadêmica deve ser garantida.

c) Lei Orgânica da Andifes: a Andifes retirou da gaveta a famigerada proposta de Lei Orgânica que já foi rejeitada pelo movimento docente ainda no início dos anos 2000. Essa proposta traz uma perspectiva clara de atrelamento da Universidade aos ditames de mercado, além de abrir possibilidades de inserção da iniciativa privada dentro da Instituição pública e criar um aparato suprainstitucional que definirá, inclusive, as progressões, promoções e a carreira docente. Defendemos que a administração da UFPel se coloque CONTRÁRIA à proposta de Lei Orgânica da Andifes por se caracterizar em flagrante instrumento de cerceamento da Autonomia Universitária, previsto na Constituição Federal de 1988.

d) EBSERH: Apesar da EBSERH ser uma realidade no Hospital Escola da UFPel é preciso acompanhar o gerenciamento da Empresa sobre o HE e como ela interfere nas questões de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, bem como no atendimento de saúde pública à comunidade em geral. Além disso, estão em curso algumas reformas administrativas em algumas unidades, como o caso da Faculdade de Odontologia, em que estão sendo separadas as atividades clínicas das atividades de ensino, fragmentando o trabalho, a formação e a qualidade da educação. Toda e qualquer irregularidade deve ser (e será) motivo de denúncia e investigação.

CONDIÇÕES DE TRABALHO

a) Campus Universitário: Defendemos que a comunidade acadêmica participe amplamente da elaboração de plano racional de desenvolvimento para a UFPel, com a priorização dos investimentos necessários ao atendimento das demandas dos cursos existentes, buscando a viabilização das reformas necessárias e da organização dos espaços da Universidade que, como sabemos, são demasiadamente espalhados pelas cidades de Pelotas e Capão do Leão. Precisa-se lidar com a herança de gestões passadas e avançar na construção de soluções.

b) Condições de trabalho e estudo: Defendemos melhores condições de trabalho e estudo. As precárias condições de trabalho e estudo cada vez aumentam mais; segue-se acompanhando diversas denúncias da comunidade universitária. Em relação à infraestrutura, são constantes nas unidades a falta de água, luz, internet, ventilação, laboratórios, bibliotecas, salas de aula, materiais de consumo, higiene etc., além de condições insalubres com infestação de insetos, ratos e morcegos, a interdição de espaços pedagógicos dos cursos para obras que nunca terminam (ou nem começam), as salas de aulas superlotadas, a desestruturação das unidades em que as aulas são realizadas em diversos locais da cidade, são alguns dos problemas estruturais da UFPel. Ainda

convivemos com sistemas de informação e de cadastro diferentes e não interligados, demandando retrabalho ao professor. Os docentes estão sobrecarregados de trabalho, exercendo suas funções de ensino, pesquisa, extensão e acrescentando as tarefas burocráticas de funcionamento de seus cursos e suas unidades, pela falta de técnico-administrativos, agravada pela demissão dos funcionários da FAU no início de abril de 2015. A matriz docente tem influenciado a vida intelectual produtiva dos docentes e gerado um clima de rivalidade produtivista dentro e entre unidades. Tal matriz não foi construída de forma democrática, nem transparente com a comunidade docente que, agora, está sendo submetida a ela.

c) Acessibilidade: Defendemos a construção imediata de rampas de acesso e/ou elevadores para portadores de necessidades especiais. Questões de acessibilidade são ignoradas, com o impedimento de acesso físico a espaços pedagógicos que não cumprem a legislação de inclusão.

d) Segurança: Exigimos aumento de segurança nos espaços acadêmicos e seus entornos. A UFPel tem apresentado precariedade no que tange à segurança do trabalho, à segurança patrimonial e à segurança pessoal. Esta situação foi agravada pelos cortes orçamentários do ano de 2015 que refletiram na diminuição de pessoal terceirizado.

e) REUNI: Defendemos contratações de docentes e técnico-administrativos para recuperar a defasagem gerada pelo aumento do número de discentes, não acompanhado na mesma proporção pelo número de pessoal na estrutura da Universidade. Também, defendemos que a infraestrutura da Universidade seja adequada e qualificada para atender ao crescimento a que foi submetida. Ainda, defendemos assistência estudantil adequada ao SISU que proporciona o ingresso de estudantes de outras partes do Brasil mas não a permanência destes na Universidade.

CARREIRA DOCENTE

a) Avaliação docente: para fins de progressão, os docentes são avaliados pelo mecanismo RAAD (Relatório Anual de Atividades Docentes) que não reflete a realidade da prática pedagógica do ensino superior de qualidade, centrado no tripé ensino, pesquisa e extensão. É preciso garantir uma avaliação que evidencie com “clareza de informações” o real número de horas trabalhado pelo docente na instituição, pois muitas vezes este recebe “constrangimentos” do seu chefe imediato para trabalhar acima da sua carga-horária para suprir as necessidades docentes que o REUNI aprofundou. Defendemos que os mecanismos internos de avaliação institucional para aferir o alcance de metas pré-estabelecidas nos planos de trabalho sejam democraticamente construídos e transparentes.

b) Progressão e promoção: Exigimos que seja revista a posição da UFPel em relação aos efeitos financeiros retroativos das progressões/promoções docentes em relação ao Parecer 424 2014_CABJ_PF_UFPEL_PGF_AGU, uma vez que esta é uma decisão da administração da Universidade de acordo com a autonomia que esta goza e há exemplos de outras Universidades no país que adotaram a posição de realizar o pagamento a partir da data do interstício.

c) FUNPRESP: Defendemos a anulação da reforma da previdência de 2003. Começa no ato de posse o assédio da FUNPRESP aos docentes. Mesmo depois de anos de permanência na UFPel, a Fundação segue fazendo contato com os docentes, assediando, cobrando assinatura de documentos. Uma vez que estas práticas, de reuniões para assinaturas, são realizadas dentro da Universidade, exigimos que a administração se coloque contrária às práticas de assédio da FUNPRESP e esclareça o docente sobre a forma de previdência que está sendo oferecida.

ACESSO E PERMANÊNCIA

a) Permanência: em consequência da implementação do SISU, estudantes de todo país ingressam na UFPel, o que permite uma ampla integração sócio-cultural e ampliam as demandas por permanência. A política da UFPel para a assistência estudantil segue não oferecendo condições mínimas para atender a todos os alunos que recebe. A Casa do Estudante Universitário (CEU) própria continua no planejamento. A moradia provisória foi alugada em área não central, com problemas de segurança, fora da área de alcance do transporte gratuito da UFPel, fora da cobertura da segurança da Universidade. Urge o acompanhamento dos estudantes cotistas/bolsistas da assistência estudantil/ex-moradores da moradia provisória que necessitam de apoio diferenciado para a vida acadêmica.

b) Transporte: seguem existindo unidades não atendidas pelo transporte gratuito da universidade dentro de Pelotas o que ocasiona uma série de problemas, especialmente aos estudantes que têm aulas em diversos locais da cidade e que precisam se deslocar em pouco tempo, inclusive para o Restaurante Escola.